



Novo Regulamento do Adicional de Qualificação (AQ)

Guia Operacional da Portaria Conjunta nº 01/2026



Base Legal: Lei nº 11.416/2006 e Lei nº 15.292/2025
Poder Judiciário da União

O Que Muda e Quando?



01 de Janeiro de 2026

O Resumo

A partir de 1º de janeiro de 2026, o AQ passa a ser calculado com base em novos multiplicadores sobre o Valor de Referência (VR).

Público-Alvo

Servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Poder Judiciário da União (STF, CNJ, Tribunais Superiores, CJF, CSJT, TJDFT).

Prazo de Implementação

Os órgãos têm 180 dias para ajuste de sistemas, mas os efeitos financeiros iniciam em 01/01/2026.

A Nova Fórmula de Cálculo

AQ = Multiplicador × Valor de Referência (VR)

Doutorado

5,0x VR (Max 1)

Mestrado

3,5x VR (Max 1)

Pós-Graduação

1,0x VR (Max 2)

2ª Graduação

1,0x VR (Max 1)

Certificação Profissional

0,5x VR (Max 2)

Ações de Capacitação

0,2x VR (Max 3 conj.)

**Valor de
referência (VR)
corresponde
a 6,5% do CJ-1
(R\$ 10.990,74)
= R\$ 714,48***

Regras de Acumulação: O Teto Acadêmico

Regra de Exclusão



Não se acumulam. Prevalece o maior.

O Teto de 2,0x



A soma destas categorias não pode exceder 2,0x VR.
Prioridade para Graduação/Pós em caso de excesso.

A Exceção: Ações de Capacitação Acumuláveis



O Adicional de Capacitação corre por fora do teto.

É possível acumular até 3 conjuntos de 120h.

Base Acadêmica + (3 x 0,2 VR) = Adicional Total

Títulos Acadêmicos: Graduação e Pós



Requisitos: Cursos devem ser em Áreas de Interesse. Diplomas registrados no MEC.



Vedaçāo: Não gera AQ se o curso for requisito de ingresso no cargo. Ex: Analista (nível superior) não recebe pela 1^a graduação.



Documentação: Exige diploma ou certificado formal. Declaração simples não é aceita.

Certificações Profissionais

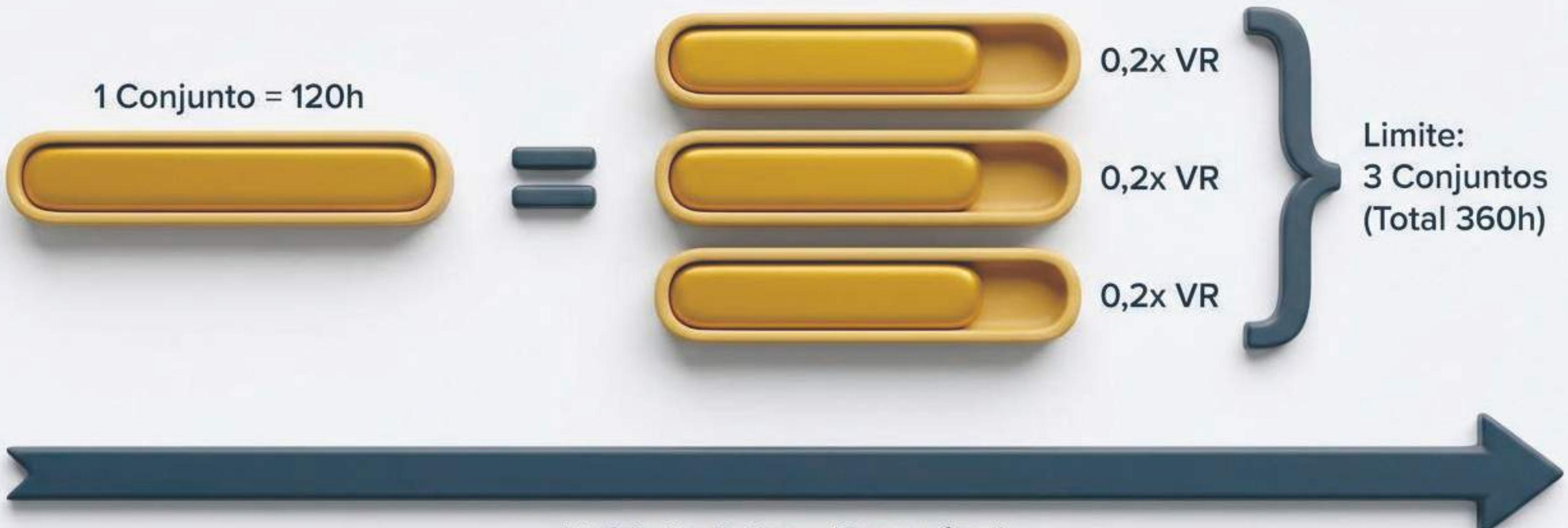
Avaliação estruturada e independente.



Validade do
Pagamento: **4 Anos**

O título deve estar vigente na data de apresentação.
O pagamento dura 4 anos a partir da data de obtenção,
independentemente da validade do papel.

Ações de Capacitação (Treinamentos)



O que NÃO conta e Regra EAD

Não Conta



- Reuniões de trabalho ou comissões
- Sessões de julgamento
- Elaboração de monografia ou tese
- Atuação como instrutor/professor

Regra EAD



8h / dia

Limite de cálculo diário para cursos à distância. O certificado deve constar data de início e fim.

Regra Específica: Técnico Judiciário

VPNI
(Lei 14.687/23)

Em 01/01/2026

AQ de Graduação
(Inciso IV)

Para **Técnicos Judiciários** com requisito de nível médio:
É assegurado o AQ de Graduação para o primeiro curso superior.
A VPNI existente será automaticamente transformada neste AQ.

Áreas de Interesse do Poder Judiciário

Direito

Gestão de
Pessoas

TI

Processamento

Licitações

Engenharia

Saúde

Sustentabilidade

Direitos
Humanos

Segurança

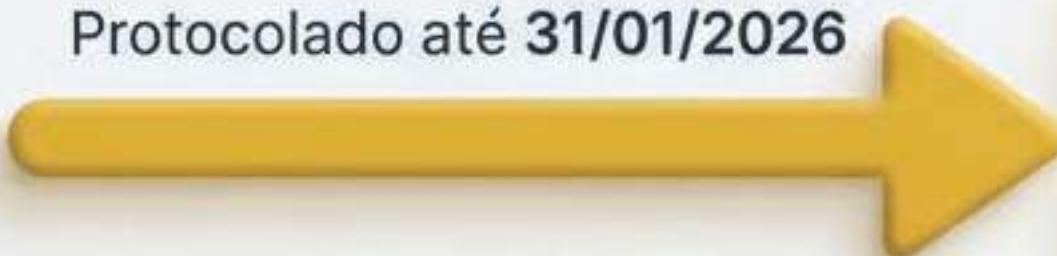
Comunicação

Inovação

As áreas devem estar relacionadas à missão institucional e serviços do órgão.

Regras de Transição e Prazos

Protocolado até 31/01/2026



Efeitos
financeiros desde
01/01/2026

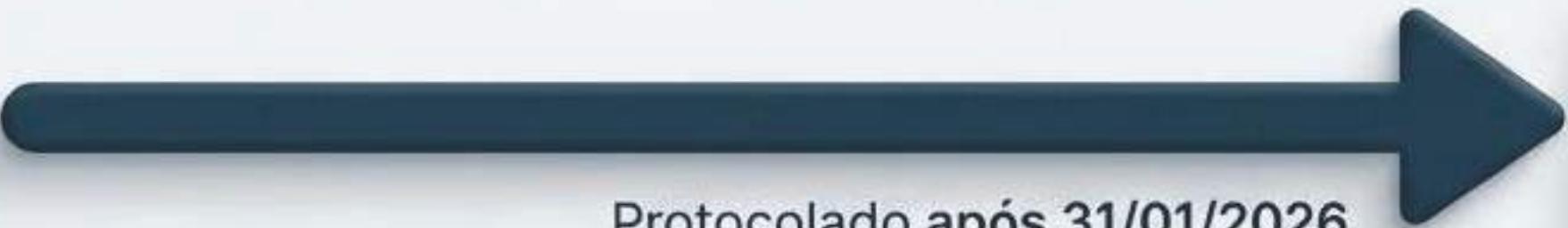


Janeiro 2026



**Conversão
Automática:**
AQs já vigentes
são ajustados
automaticamente.

Protocolado após 31/01/2026



Efeitos a partir da
data do protocolo.



Como Solicitar e Comprovar

1

Formato Preferencial

Meio digital. Documentos com código de verificação são aceitos.



2

Dados Obrigatórios no Certificado

O documento deve conter:

- Carga horária total.
- Data de início e fim.
- Conteúdo programático.

Regras para Aposentadoria e Pensões



Incorpora aos Proventos

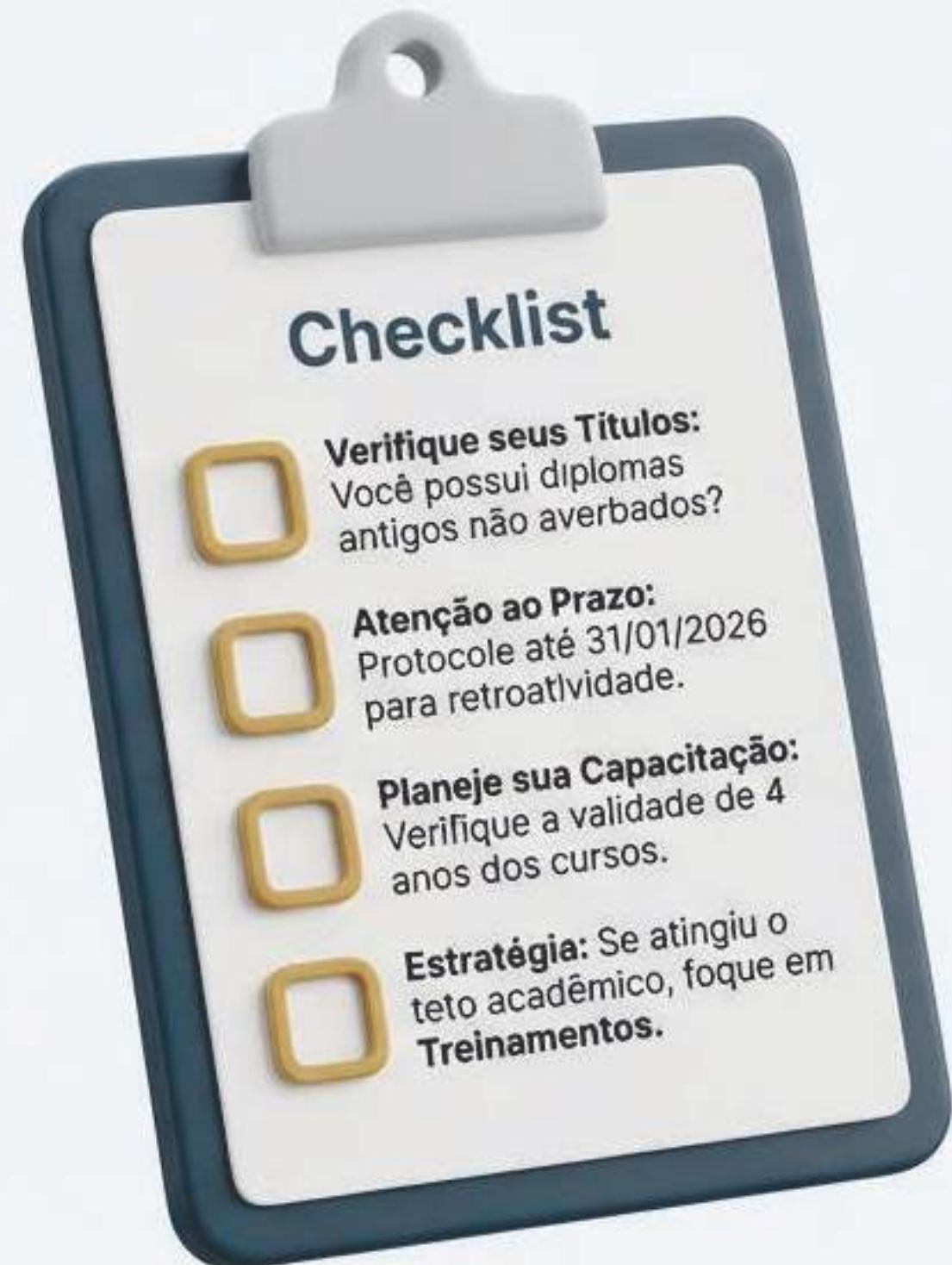
Apenas Títulos Acadêmicos (Doutorado, Mestrado, Pós, Graduação) obtidos antes da inatividade.



Não Incorpora

Certificações Profissionais e Ações de Capacitação (Natureza temporária).

Checklist do Servidor: Próximos Passos



1. Verifique seus Títulos

Você possui diplomas antigos não averbados?

2. Atenção ao Prazo

Protocole até 31/01/2026 para retroatividade.

3. Planeje sua Capacitação

Verifique a **validade** de 4 anos dos cursos.

4. Estratégia

Se atingiu o teto acadêmico, foque em **Treinamentos**.